

CAPITULO I NATUREZA, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

Artigo 1.º Denominação e natureza jurídica

A Associação de Apoio a Idosos e Jovens da Freguesia de Meca, adiante designada por AAIJFM, é uma instituição particular de solidariedade social, sob a forma de associação, sem fins lucrativos, regida pelas disposições da lei aplicável e, em especial, pelos presentes estatutos.

Artigo 2.º Sede e âmbito de ação

A AAIJFM tem a sua sede na Rua Luís de Camões N.º 11, na Localidade e Freguesia de Meca, concelho de Alenquer, distrito de Lisboa e o seu âmbito de ação abrange o Concelho de Alenquer.

Artigo 3.º Objetivos

1. A Associação de Apoio a Idosos e Jovens de Freguesia de Meca tem por objetivo principal o apoio à terceira idade, infância, juventude e deficiência.
2. Prossegue ainda atividades culturais, recreativas, formativas, educativas, desportivas, ambientais e todas as que promovam a saúde, igualdade de géneros, solidariedade, desenvolvimento local e economia social.

Artigo 4.º Atividades

1. Para realização dos seus objetivos, a associação propõe-se criar e manter as seguintes atividades:
 - a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
 - b) Apoio à família e a comunidade em geral;
 - c) Apoio às pessoas idosas;
 - d) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
 - e) Apoio às pessoas em situação de necessidade, ou de dependência;
 - f) Apoio aos sem-abrigo;

- g) Apoio às vítimas de violência doméstica;
- h) Apoio à integração social e comunitária;
- i) Promoção da saúde;
- j) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta, ou diminuição, de meios de subsistência, ou de capacidade para o trabalho;
- k) Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial;
- l) Promoção da educação, da formação profissional, inserção social e profissional;
- m) Promoção da igualdade de homens e mulheres;
- n) Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- o) Promoção do turismo social;
- p) Promoção do Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
- q) Promoção da atividade agrícola;
- r) Resolução de problemas de natureza económica e financeira, das atividades económicas da região;
- s) Promoção e dinamização de atividades de âmbito desportivo e cultural.

Artigo 5.º **Organização e funcionamento**

1. A organização e funcionamento dos diversos setores de atividade constarão de regulamentos internos elaborados pela direção.

Artigo 6.º **Prestação dos serviços**

1. Os serviços prestados pela associação serão gratuitos, ou remunerados, de acordo com a situação económicofinanceira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder.
2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

CAPITULO II DOS ASSOCIADOS

Artigo 7.º Qualidade de associado

1. Podem ser associados pessoas singulares, ou coletivas, que se proponham contribuir para a realização dos fins da associação mediante o pagamento de quotas e/ou a prestação de serviços.
2. A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo apropriado que a associação obrigatoriamente possuirá.

Artigo 8.º Categorias

1. Haverá duas categorias de associados:
 - a) Associados Efetivos – são as pessoas singulares ou coletivas, que se proponham colaborar na realização dos fins da associação obrigando-se ao pagamento da quota, nos montantes fixados pela assembleia geral;
 - b) Associados Honorários – são as pessoas, singulares ou coletivas, que adquiram essa qualidade em virtude das relevantes contribuições, em donativos, ou através de serviços prestados, a favor da instituição.

Artigo 9.º Direitos e deveres

1. São direitos dos associados:
 - a) Participar nas reuniões da assembleia geral;
 - b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;
 - c) Requerer a convocação da assembleia geral extraordinária, nos termos do presente diploma;
 - d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de 15 dias e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo.
2. São deveres dos associados:
 - a) Pagar pontualmente as suas quotas tratando-se de associados efetivos;
 - b) Comparecer às reuniões da assembleia geral;
 - c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;
 - d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos.



Artigo 10.º **Sanções**

1. Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no presente diploma ficam sujeitos às seguintes sanções:
 - a) Repreensão escrita;
 - b) Suspensão de direitos até 30 dias;
 - c) Demissão.
2. São demitidos os sócios que por atos dolosos tenham prejudicado moral ou materialmente a associação.
3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da direção.
4. A demissão é sanção da exclusiva competência da assembleia geral, sob proposta da direção.
5. A aplicação das sanções previstas no n.º 1 só se efetivará mediante audiência obrigatória do associado.
6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

Artigo 11.º **Condições do exercício dos direitos**

1. Os associados só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.
2. Só são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que, cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, sejam maiores e tenham pelo menos um ano de vida associativa.
3. Os associados efetivos que tenham sido admitidos há menos de 6 meses não gozam dos direitos referidos nas alíneas b) e c) do artigo 9º, podendo assistir às reuniões da Assembleia Geral, mas sem direito de voto.
4. Não são elegíveis para os corpos gerentes, os associados com menos de 18 anos e os associados que, mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos diretivos da associação, ou de outra instituição particular de solidariedade social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

Artigo 12.º **Intransmissibilidade**

1. A qualidade de associado não é transmissível, quer por ato entre vivos, quer por sucessão.

Artigo 13.º **Perda da qualidade de associado**

1. Perdem a qualidade de associado:

- a) Os que pedirem a sua exoneração;
- b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante 12 meses;
- c) Os que forem demitidos nos termos previstos no presente diploma.

2. No caso previsto na alínea b) do número anterior, considera-se eliminado o sócio que tendo sido notificado pela Direção para efetuar o pagamento das quotas em atraso, e não o faça no prazo de 30 dias.

3. O associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da associação.

CAPITULO III **DOS ÓRGÃOS SOCIAIS** **Secção I**

Disposições gerais

Artigo 14.º **Órgãos sociais**

1. São órgãos da associação, a assembleia geral, a direção e o conselho fiscal.
2. O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 15.º **Composição dos órgãos**

1. A direção e o conselho fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da associação.
2. O cargo de presidente do conselho fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da associação.

Artigo 16.º **Incompatibilidade**

1. Nenhum titular da direção pode ser simultaneamente titular do conselho fiscal e ou da mesa da assembleia geral.
2. Os titulares dos órgãos referidos no n.º anterior, não podem ser, simultaneamente, membros da mesa da assembleia geral.

Artigo 17.º **Impedimentos**

1. É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente, ou afim, em linha reta, ou no 2.º grau da linha colateral.
2. Os titulares dos membros da direção não podem contratar direta, ou indiretamente, com a associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a associação.
3. Os titulares dos órgãos não podem exercer atividade conflituante com a da associação, nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da associação, ou de participadas desta.

Artigo 18.º **Mandatos dos titulares dos órgãos**

1. A duração do mandato dos órgãos é de 4 anos e inicia-se com a tomada de posse dos seus membros, perante o presidente cessante da mesa da assembleia geral, ou o seu substituto, e deve ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição.
2. Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.
3. O presidente da associação, ou cargo equiparado, só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

Artigo 19.º

Responsabilidade dos titulares dos órgãos

1. As responsabilidades dos titulares dos órgãos da associação, são as definidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:
 - a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
 - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

Artigo 20.º

Funcionamento dos órgãos em geral

1. A direção e o conselho fiscal são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais, ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros, são feitas por escrutínio secreto.
4. Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.
5. Os membros designados para preencherem as vagas referidas no n.º anterior, apenas completam o mandato.
6. Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas atas, que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da assembleia geral, pelos membros da respetiva mesa.



SECÇÃO II DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 21.º Constituição

- 1. A assembleia geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos.**
- 2. A assembleia geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos 12 meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.**
- 3. A assembleia geral é dirigida pela respetiva mesa que se compõe de um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário.**
- 4. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.**

Artigo 22.º Competências

- 1. Compete à assembleia geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos da associação e, designadamente:**
 - a) Definir as linhas fundamentais de atuação da associação;**
 - b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva mesa, da direção e do conselho fiscal;**
 - c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;**
 - d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento, ou de valor histórico, ou artístico;**
 - e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão, ou fusão, da associação;**
 - f) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por atos praticados no exercício das suas funções;**
 - g) Aprovar a adesão a uniões, federações, ou confederações.**

Artigo 23.º

Convocação e publicitação

1. A assembleia geral é convocada com 15 dias de antecedência, pelo presidente da mesa, ou substituto.
2. A convocatória é obrigatoriamente:
 - a) Afixada na sede;
 - b) Pessoalmente, por meio de aviso postal expedido para cada associado, ou correio eletrónico.
3. Da convocatória, constará obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.
4. Independentemente da convocatória, nos termos do número anterior, é dada publicidade à realização da assembleia geral nas edições da associação, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso público, nas instalações e estabelecimentos da associação.
5. Os documentos, referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos, devem estar disponíveis na sede e no sítio institucional da associação, logo que a convocatória seja expedida, por meio de aviso postal, para os associados.

Artigo 24.º

Funcionamento

1. A assembleia geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.
2. A Assembleia geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Artigo 25.º

Deliberações

1. As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples, não se contando as abstenções.
2. É exigida a maioria qualificada na aprovação das matérias constantes das alíneas e), f) e g) do artigo 22.º dos estatutos.

3. No caso da alínea e) do artigo 22.º, a dissolução não tem lugar se um número de associados igual, ou superior, ao dobro dos membros previstos para os respetivos órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 26.º **Votações**

1. O direito de voto efetiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado.
2. Gozam de capacidade eleitoral ativa os associados com, pelo menos, um ano de vida associativa.
3. Os associados podem ser representados por outros associados, bastando para tal uma carta, devidamente assinada, dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral e entregue à data da respetiva reunião.
4. Cada sócio não pode representar mais de um associado.

Artigo 27.º **Reuniões da Assembleia-Geral**

1. A assembleia geral reunirá obrigatoriamente três vezes por ano:
 - a) No final de cada mandato, até final do mês de dezembro, para eleição dos titulares dos órgãos associativos;
 - b) Até 31 de março de cada ano, para aprovação do relatório e contas de exercício do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal;
 - c) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de ação e do orçamento e para o ano seguinte e do parecer do conselho fiscal.
2. A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da mesa da assembleia geral, por iniciativa deste, a pedido da direção, ou do conselho Fiscal, ou a requerimento de, pelo menos, 10% do número de sócios no pleno gozo dos seus direitos.

SECÇÃO III **DA DIREÇÃO**

Artigo 28.º **Constituição**

1. A direção da associação é constituída por 5 membros: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vogal.

Artigo 29.º **Competências**

1. Compete à direção gerir a associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:
 - a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
 - b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal, o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte;
 - c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente, elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
 - d) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da associação;
 - e) Representar a associação em juízo, ou fora dele;
 - f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação.

Artigo 30.º **Forma de obrigar**

1. Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da direção, ou as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.
2. Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da direção.

SECÇÃO IV **DO CONSELHO FISCAL**

Artigo 31.º **Conselho Fiscal**

1. O conselho fiscal é composto por três membros: presidente e dois vogais.

Artigo 32.º **Competências**

1. Compete ao conselho fiscal o controlo e fiscalização da associação, podendo, nesse âmbito, efetuar à direção e mesa da assembleia geral, as recomendações que entenda adequadas, com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos e designadamente:
 - a) Fiscalizar a direção, podendo, para o efeito, consultar a documentação necessária;

- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;**
- c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a direção e/ou mesa da assembleia geral submetam à sua apreciação;**
- d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos;**

2. Os membros do conselho fiscal podem assistir às reuniões da direção, quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão.

CAPITULO IV REGIME FINANCEIRO

Artigo 33.º Património

1. O património da Associação é constituído pelos bens expressamente afetos pelos associados fundadores à Associação, pelos bens, ou equipamentos, doados por entidades públicas, ou privadas e pelos demais bens e valores, que sejam adquiridos pela mesma.

Artigo 34.º Receitas

- 1. São receitas da associação:**
- a) As quotizações e as eventuais contribuições complementares pagas pelos associados;**
 - b) Os rendimentos dos bens e capitais próprios;**
 - c) Os rendimentos dos serviços prestados;**
 - d) Os rendimentos de produtos vendidos;**
 - e) As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;**
 - f) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;**
 - g) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;**

Artigo 35.º Quotas, serviços ou donativos

- 1. Os associados pagam uma quota mensal de valor fixado pela Direção e ratificado em assembleia geral.**
- 2. Havendo lugar à prestação de donativos, ou serviços, compete à Direção, propor à Assembleia Geral a aprovação dos mesmos.**

CAPITULO V DAS ELEIÇÕES

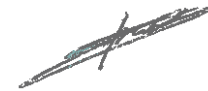
Artigo 36.º Processo e matérias de natureza eleitoral

1. As eleições regem-se por este Estatuto e pela Lei Civil.
2. A abertura do processo eleitoral para os Órgãos Sociais compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, cabendo à Direção a preparação do caderno eleitoral.
3. A eleição será feita por escrutínio secreto, à pluralidade de votos dos associados presentes, finda a qual, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, anunciará os resultados e proclamará os eleitos, lavrando-se e assinando-se a respetiva ata. Devendo os eleitos tomar posse em sessão, que terá lugar em data que não ultrapasse a primeira quinzena do ano civil imediato ao das eleições, reportando-se o início do mandato ao dia 1 de janeiro.
4. As reclamações contra a lista, ou listas, de candidatura serão decididas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
5. Todos os demais procedimentos de natureza eleitoral serão disciplinados em regulamento próprio.

CAPITULO VI DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 37.º Extinção

1. A extinção da associação tem lugar nos casos previstos na lei.
2. Compete à assembleia geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
3. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimate dos negócios pendentes.



4. Pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à associação, respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os praticaram.

Artigo 38º

Acesso e consulta de documentação

1. Toda a documentação da Associação, jurídica e financeiramente relevante, ficará arquivada na sede da Associação, em local próprio, por cuja respetiva organização e guarda, serão responsáveis o secretário da Direção e o Vice-presidente da mesma.

2. Terão livre acesso à referida documentação:

- a) Os membros da direção,
- b) O Presidente do Conselho Fiscal,
- c) O Presidente da Mesa da Assembleia geral,

3. O acesso à documentação supra referida far-se-á mediante prévia requisição escrita da respetiva consulta, em documento próprio, do qual constará a identificação completa do requisitante, a finalidade da consulta, os documentos a consultar e a data e hora em que a mesma se verificou, só podendo ser efetuada nas instalações da Associação.

4. É permitida, aos associados, a consulta da documentação jurídica e fiscalmente relevante desde que solicitada com a antecedência mínima de 3 dias úteis, mediante requisição escrita a efetuar nos termos do número anterior.

5. A consulta requerida nos termos do número 4, poderá ser indeferida sempre que a documentação a consultar seja documentação interna da associação, ou dos seus órgãos, relativamente á qual esta não esteja obrigada a dar conhecimento.

Artigo 39.º

Casos Omissos

1. Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, de acordo com as normas legais respeitantes às associações desta natureza, designadamente o Decreto-Lei n.º 172-A/2014.



Artigo 40.º
Norma transitória

Este Estatuto da Associação de Apoio a Idosos e Jovens da Freguesia de Meca, constituído por 40 artigos, revoga integralmente o anterior Estatuto, entrando em vigor imediatamente após deliberação da Assembleia Geral.

Aprovado em 08 de Novembro de 2015.

O Presidente da Assembleia Geral da Associação de Apoio a Idosos e Jovens da Freguesia de Meca

Francisco Alfredo Loureiro Soares